

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT21.009

GESTÃO ESCOLAR E POLÍTICA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA: A JUSTIÇA RESTAURATIVA EM QUESTÃO

Gueroliny Ruany Uchôa Dias¹

RESUMO

O presente estudo analisa como a gestão escolar vem lidando com as situações de conflitos e violências, através das práticas restaurativas para resolução de conflitos. Para tal, questionou-se quais são as possibilidades e os limites da justiça restaurativa na gestão escolar. Tomou-se como fundamento o debate conceitual a respeito dos conflitos e violências na escola, compreendendo o conflito enquanto negociação e reconhecimento dos valores do grupo social e violência como movimento instrumental, contrário à política, isto é, ao diálogo; A gestão escolar apresenta-se enquanto aporte para a construção da pesquisa. Esta se deu através de pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, em que foram coletados os dados por meio de observação do cotidiano e entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos atores escolares. A escola localiza-se no município de Olinda-PE, pertencendo à Rede Estadual de ensino. A gestão percebeu problemas relacionados a episódios de violência, sobretudo entre meninas, utilizando as práticas restaurativas para lidar com a situação. A análise de conteúdo *bardiniana* contribuiu na construção das categorias de análise, das quais destacamos: concepções de conflito e violência e justiça; limites e possibilidades da intervenção em Justiça restaurativa e influência da gestão escolar. Como resultados destacamos que a escola, por iniciativa da gestão, tem realizado ações afirmativas, através das práticas restaurativas, para lidar de forma alternativa com os conflitos. Como impasses verificamos: acelerada dinâmica da escola, limitando o desenvolvimento de ações planejadas; resistência por parcela dos sujeitos, a cultura da escola punitiva e a sobrecarga de trabalho da gestão. Os

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. gueroliny.uchoa@gmail.com.

sujeitos relacionam a justiça restaurativa como fruto de uma postura democrática da gestão, que reverbera na reconfiguração das relações interpessoais, na criação de alternativas estruturais implantadas na escola. Concluiu-se que a gestão escolar tem importante papel na opção por tratar dos conflitos e violências via ações micropolíticas.

Palavras-chave: Conflitos; Violências; Gestão escolar; Política de Resolução de Conflitos; Justiça Restaurativa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga como a gestão escolar vem lidando com as situações de conflitos e violências, bem como analisa as chamadas *práticas restaurativas*, práticas alternativas de compreensão e resolução de conflitos na escola. Parte dos desafios encontrados pela gestão da escola em não lidar somente com os aspectos cognitivos e pedagógicos, mas com diversas temáticas que atravessam a escola, a exemplo das violências.

Questionamos, portanto, quais são as possibilidades e os limites da justiça restaurativa na organização/gestão escolar? Como a justiça restaurativa pode reverberar em políticas de resolução de conflitos? Para consecução da pesquisa temos como objetivo geral analisar as possibilidades e limites da prática da justiça restaurativa na organização da escola, tendo como objetivos específicos: caracterizar programas de intervenção por meio da Justiça Restaurativa na escola; analisar como o programa de justiça restaurativa influencia na organização e gestão da escola; identificar mudanças a partir da implantação dos programas.

Tomamos como aporte contextual os índices de violências que vem ocorrendo na sociedade e escola, entendendo que as violências sociais repercutem nas violências escolares.

No Brasil, em 2021, o Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA, 2021) constatou 45.503 homicídios, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Apesar da pesquisa indicar uma redução no quantitativo de homicídios, em Pernambuco - PE, os dados ultrapassam a média brasileira, chegando a 36,4 mortes por 100 mil habitantes no ano em questão.

Quando se filtra os dados às categorias faixa etária, etnia e gênero, os resultados são alarmantes: 1882 homicídios no Brasil a jovens com faixa etária entre 15 e 29 anos; 477 homicídios a homens não negros, enquanto a homens negros, corresponde a 2729 homicídios. O quantitativo de mulheres não negras é de 45 homicídios, enquanto as mulheres negras representam 158 homicídios, refletindo um contexto que demanda ações políticas e efetivas.

A pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem – Talis (2018) -, coordenada pela da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - constatou que as escolas brasileiras são mais propícias à intimidação e *bullying* do que a média internacional, em que 28% dos gestores escolares testemunharam essas situações, sendo este dado o dobro da média internacional. Essa constatação se intensifica através dos registros dessas situações, em

que semanalmente, 10% das escolas brasileiras identificam episódios de intimidação ou abuso verbal contra educadores, ao passo que a média internacional é de 3%, o que denota a necessidade de investigação. Cabe destacar que os dados não se esgotam entre si, sendo relevante a realização de estudos que também contemplem a visão de outros sujeitos, bem como a utilização de formas alternativas de coleta de dados para ampliar a interpretação da realidade.

O presente cenário mostra que na escola perpassam desafios em lidar com situações cada vez mais conflitantes e violentas. Trabalhar para a redução dos índices de violências é imprescindível, mas se refere a *algo que já aconteceu*. (Uchôa, 2019.) Lidar com os conflitos reflete em *ações de caráter preventivo*, em que a gestão democrática abre espaço para discutir outras formas de ser e agir da escola.

Como aporte teórico para apreensão dos conflitos e das formas em que a escola venha a lidar com eles, trazemos a percepção sociológica que compreende os conflitos enquanto negociação e reconhecimento dos valores do grupo social, pois eles fazem parte da dimensão da vida negociada em sociedade. Os confrontos, lutas e acordos vão emergir através de falta de reconhecimento e injustiças. Significa dizer que as relações intersubjetivas e a construção de valores baseados nos pressupostos básicos (afeto, direito e ética) norteiam as relações humanas e as motivações a partir das quais os grupos sociais são levados a entrar em conflito. (Honneth 2003; Boltanski e Thévenot, 1999).

A percepção da violência, nesse sentido, insere-se também de modo normativo, pois ela é compreendida como a transgressão da ordem e normativas sociais construídas. (Michaud, 2001) Essa transgressão apresenta-se como movimento instrumental, contrário à política, e à potência do diálogo, reafirmando que a violência excede aquilo que não pôde ser resolvido no conflito. (Arendt, 1985).

Na conjuntura da abertura política no Brasil², apesar de ter possibilitado a criação de mecanismos democráticos participativos, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, marco decisivo na reorganização do sistema educacional e escolar, nem sempre a organização escolar segue a letra da lei. Ao invés disso, encontra-se na realidade certo cumprimento burocrático às

2 O final da década de 80 foi um período de abertura política para o país recém-saído da ditadura militar. A Constituição Federal de 1988, foi demarcada por um discurso de democracia e cidadania que refletiu nas demais leis.

determinações do sistema educacional, sem levar em consideração as relações inter e extraescolares, as necessidades e realidades dos alunos, a representação da comunidade. Tais aspectos, por sua vez, ocasionam fenômenos cotidianos como a aprendizagem utilitarista, a ausência de colaboração e compartilhamento no espaço escolar, as desigualdades escolares, indisciplinas, conflitos, violências, injustiças.

Nesse sentido faz-se relevante pensar a gestão democrática para além dos modos tecnocráticos, mas em abordagens concernentes às relações sociais na escola. Para isso, procuramos nos pautar pelo debate a respeito das diversas concepções de justiça, focalizamos a pluridimensionalidade de princípios e valores de justiça e injustiça que ocorrem no espaço escolar. A este respeito, Botler (2016) aponta que a escola, no seu contexto atual, não apenas tem dificuldades em lidar com as indisciplinas, conflitos e violências, fenômenos já discutidos anteriormente, mas especialmente com a naturalização de injustiças ali presentes.

Conforme a autora, a justiça é mais bem compreendida pela sua negação, isto é, “as concepções de justiça, nesses termos, são relacionadas às injustiças vividas” (Botler, 2016, p. 719). Nesse sentido, percebemos que os conflitos e violências presentes no cenário escolar, representam o reflexo e a justificação de situações de injustiça, das quais Botler (2016) destaca que a pluridimensionalidade dos princípios de justiça junto com a falta de clareza nas formas de lidar com as situações conflituosas, limita práticas efetivas, bem como justifica as ações consideradas injustas.

Consideramos relevante problematizar a escola em meio às injustiças ali presentes, para destacar que a justiça é um conceito complexo e permeado por valores, os quais podem ser considerados justos ou não. Nesse sentido, compreender que ela é complexa e permeada por vários mundos, nos sinaliza como compreendê-la e abordá-la no cenário escolar, que não é estático, neutro e único.

Justiça é um conceito que apresenta múltiplas definições e dimensões e está ligado à nossa forma de ser, agir, conceber e pensar a sociedade. Portanto é um conceito relacional. Siqueira (2017, p. 29) afirma que pensar em justiça “é repensar o que é justo em nossa sociedade, os contratos sociais, as regras, o senso comum, as compreensões que estão por trás de nossas ações.”

A *justiça restaurativa* enquanto prática, não é algo novo, remetendo às ações e formas de resolução dos conflitos e infrações existentes nas comunida-

des tribais antigas e nas comunidades pré-estatais. Sobre o conceito de justiça restaurativa percebemos, segundo Saliba (2007), que não há uma única concepção na sua definição, mas que há concepções que correspondem a um conjunto de práticas e programas, a uma filosofia, a um rol de princípios e valores e a uma forma alternativa de ver e tratar o conflito, a um paradigma. Pallamolla (2009) aponta para a fluidez desse conceito, pois a forma como vem sendo construído e aplicado em cada realidade difere pelas particularidades culturais e sociais; mesmo existindo modelos de práticas restaurativas, eles vêm reinventando de acordo com cada contexto. Essa abertura nos mostra que a justiça restaurativa, por sua própria característica de mudança e alteridade, não busca receitas ou manuais para garantir sua efetividade, dependendo esta do objeto, das pessoas e das relações construídas.

Pellizoli (2014, p. 4) destaca que a justiça restaurativa é um novo paradigma de resgate de visões sociais antigas e gregárias em torno de ideias e formas práticas do que pode ser concebido enquanto justiça. Ressalta que “mais que uma nova Justiça, como teoria e como práxis, é um questionamento profundo do foco, do clima, do paradigma vigente no Sistema Legal [...] que deve(ria) realizar justiça;”, afirmando que a sua finalidade é a promoção de uma cultura de paz através do processo de humanização no resgate de “condições e valores básicos para a socialidade humana equilibrar-se, já que viver em sociedade carrega a marca do conflito, próprio da alteridade da vida humana.” (op.cit., p. 4). Portanto, “a Justiça Restaurativa traz um olhar filosófico-prático e ao mesmo tempo um conjunto de procedimentos sociais/comunitários surgidos e/ou resgatados para lidar com conflitos negativos, estimulando o potencial relacional socializante que é inerente aos grupos humanos.” (op.cit., p.5).

Nesse sentido, a visão restaurativa do conflito, crime e a violência não atingem somente a lei (formal e abstrata), mas também os relacionamentos. Para Zehr (2008), o dano é um fenômeno que causa nas pessoas afetadas a perda de pertencimento e significado, onde elas acabam formando rótulos de si e do outro. Para que haja a quebra dessa visão, é necessário o encontro, o que promoverá o enfrentamento no sentido de estabelecer o reconhecimento, as necessidades e obrigações. Trata-se de uma perspectiva da relação indivíduo-sociedade de forma a propor uma horizontalidade e pluralidade na definição do que é justo pelos participantes do conflito.

A amplitude não somente volta-se ao crime, mas também a estes participantes, ampliando o conceito de vítima, ofensor e comunidade, em que não

somente a vítima é afetada, mas os ofensores e comunidade também. Nesse sentido, ao contrário da justiça retributiva, em que o encontro é realizado apenas por ofensor e vítima (Estado), no qual dá imposições e punições ao ofensor de acordo com a infração cometida; na justiça restaurativa, temos a existência da vítima, ofensor e comunidade como participantes de forma engajada no processo.

A gestão da escola, a partir da perspectiva democrática de participação de todos nas colocações e decisões da organização, currículo, construção de regras e cultura da escola, abre a possibilidade para a implantação de práticas que reconsideram as formas de olhar para as indisciplinas, conflitos, violências e injustiças de forma ampla e complexa.

A justiça restaurativa se apresenta como uma forma diferente de ver esses fenômenos e relações entre eles, no sentido de agir não somente como possibilidade de resolução dos conflitos, mas de reestabelecer um relacionamento entre os envolvidos no conflito, e na construção de possibilidades de intervenção em conjunto e restauradoras, com o intuito de promover um clima de cooperação e de autonomia na escola.

Essas práticas podem contribuir para reconfigurar as formas de olhar para o outro, considerar os sujeitos escolares como portadores de histórias que marcam suas vidas e suas diversas formas de comunicação, violenta e não-violenta, o que pode ser trabalhado na escola com vistas a minimizar os conflitos e qualificar o ambiente para a melhoria do ensino e aprendizagem.

METODOLOGIA

Investigamos a experiência de uma escola pública estadual, localizada no município de Olinda, estado de Pernambuco, que incorporou práticas de justiça restaurativa como estratégia de lidar com conflitos e violências.

Levantamos as instituições que realizam intervenções com base na justiça restaurativa através da participação no curso *Justiça Restaurativa na Escola para uma Cultura de Paz*, ofertado pela FUNDAJ³. Verificamos que na escola situada

3 A Fundação Joaquim Nabuco, através da Escola de Inovação em Políticas Públicas, iniciou em 2017 um curso sobre Justiça Restaurativa nas Escolas que contou com a participação de diversos segmentos como professores, gestores, agente policiais, agentes judiciários, pesquisadores e comunidades em geral. Tive a oportunidade de realizar o curso e me instrumentalizar na abordagem restaurativa para o âmbito escolar. Pude conhecer práticas de intervenção na escola e posteriormente investi-

em Olinda, havia um projeto em Justiça Restaurativa, cuja gestora se disponibilizou a participar da pesquisa.

O estudo de caso (Yin, 2021) nos forneceu meios para caracterizar a escola e seu cotidiano, as relações entre os atores e as compreensões dos sujeitos a respeito da realidade, com especial foco nas práticas relativas à justiça restaurativa. A escola tem de 32 anos e conta com 1200 alunos, entre Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Normal Médio (estudantes de 11 aos 18 anos de idade), além da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A gestora possui 20 anos de exercício na escola como professora, 5 anos dos quais como gestora. Ela observou que a comunidade do entorno foi perdendo a identidade e expressão cultural por meio de fenômenos como violência e tráfico de drogas, o que influenciou no cotidiano escolar.

O Projeto foi implementado pela gestora e alguns professores e alunas objetivando trabalhar o empoderamento feminino de forma que cada estudante expresse seus sonhos e anseios a partir dos círculos restaurativos, de forma afirmativa. O projeto apresentou três fases: A primeira constituiu-se em desenvolver os círculos restaurativos com todas as turmas do Ensino Fundamental; a segunda fase compreendeu a realização dos círculos com as alunas sensibilizadas pela 1ª fase, sendo que a adesão se deu de forma voluntária; e a terceira fase foi a busca de parcerias, junto a ONG Coletivo Mulher e Vida, com a realização de círculos restaurativos com as alunas, bem como com mediações comunitárias através da disposição de espaço na escola.

Houve boa recepção da escola desde a primeira visita e a gestora esteve disponível para apoiar a realização da pesquisa. Realizamos entrevistas semiestruturadas que foram organizadas em três eixos: 1. Caracterização dos sujeitos; 2. Gestão Escolar e Violências; 3. Justiça e Justiça Restaurativa na Escola. Para a aplicação das entrevistas, selecionamos a equipe gestora da escola e três professores por terem, a partir do projeto, inserido práticas restaurativas em suas salas de aulas, o que representou 10% do total de professores; e as alunas egressas do 9º ano que participaram do projeto. A abordagem das alunas foi feita de forma espontânea durante o intervalo das aulas. Seguimos um roteiro semiestruturado de entrevista, do qual destacou-se relatos a respeito de episódios de violência,

guei para produção da dissertação do mestrado. Destaco a relevância desse caminho para entender que as práticas de prevenção dos conflitos ainda me inquietam. A FUNDAJ desde então, vem realizando outras edições do curso e também oferta a Especialização em e Para Direitos Humanos, Educação e Justiça Restaurativa.

participação nos círculos ou em outras formas de intervenção. Os sujeitos são identificados com siglas: equipe gestora (**GGEF, GVGF, GCPF**), professores (**P1M, P2M, P3F**) e alunas (**A1F a A9F**).

Além das entrevistas, fizemos um levantamento documental dos registros escolares de situações de conflitos a partir dos chamados *livros de ocorrências*, instrumento escolar comum na realidade brasileira. Chamou nossa atenção a alta incidência de conflitos entre meninas, por motivos fúteis ou por namorados. Um diferencial encontrado na realidade dessa escola é a estrutura deste livro que não é organizado por situações ocorridas, mas por perfil de aluno, possibilitando melhor acompanhamento pela escola de cada um.

A partir da coleta e tratamento dos dados, utilizamos como procedimentos a Análise de Conteúdo (Bardin, 1979), em seu modelo representacional qualitativo, que examina a informação contida na mensagem, não restrita ao conteúdo, mas abrange seus significados, ou ainda, a presença ou ausência de determinadas características do conteúdo ou fragmento da mensagem. As inferências foram construídas a partir das verbalizações em seus contextos de uso e atribuição de significados, de maneira qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentaremos alguns recortes dos resultados obtidos, a partir dos seguintes eixos de análise levantados antes e pós a coleta de dados: caracterização das práticas restaurativas; Influências na organização e gestão escolar; avanços e limites das práticas restaurativas.

CARACTERIAÇÃO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS

A gestora, como parte integrante daquela realidade, observou que a comunidade do entorno foi perdendo a identidade e expressão cultural por meio de fenômenos como violência e tráfico de drogas, que influenciou no cotidiano escolar.

Foi justamente a partir dos problemas que a gente estava vivendo, das violências, dos conflitos, do uso das drogas na escola - que estava muito grande e eu estava em busca de outra forma de resolver os problemas, porque eu estava entendendo que só chamar pai e mãe não estava resolvendo, porque não tocava diretamente no aluno. Ele era o único que não falava, sentava ali e eu ficava aqui falando com os pais e a gente decidia e

o pai dizia que ia bater, punir e o menino ficava lá sentado, ele não tinha muita voz nesse processo. (GGEF)

Diante disso, a gestora buscou instrumentalizar-se nas práticas restaurativas, o que levou a construir um projeto de intervenção em conjunto com professores interessados na temática. Para seleção dos participantes do projeto, verificou-se a incidência de episódios de conflito e violências que ocorriam particularmente entre meninas.

A seleção foi feita através da escolha das pessoas que a gente entende que desarticulam a turma, que tem uma vulnerabilidade mais aguçada na questão da violência muito grande em sala de aula, de palavrões, desrespeito, não querer fazer as atividades. A gestora (GGEF) escolheu, a princípio, observando essa questão. (GCPF)

O extrato mostra o amadurecimento dos sujeitos a partir do processo e a percepção da responsabilidade social de cada um e da escola, que passa a assumir nova postura em relação aos conflitos e violências. Para reduzir o universo da aplicação das práticas restaurativas e conseguir sua efetividade, focou nos círculos restaurativos de cuidado com as meninas através do projeto “Eu vejo flores em você”, iniciado em 2017, o que é assinalado pelas próprias alunas:

O projeto “Eu vejo flores em você” trabalha só com as mulheres. Ele foi criado para as meninas daqui da escola e esse círculo é muito bom porque há coisas dentro de nós, porque cada pessoa é diferente e carrega sua família com você, para aonde você vai sua família vai com você, com seus problemas e tudo mais. (A1F1)

*A gente tem a Justiça Restaurativa como uma base para nossa escola, ela é muito forte. Primeiro com um monte de conflito que a nossa escola tem, então a nossa gestora viu que precisava de algo para tentar colocar na cabeça das pessoas **o que é justiça**, pra tentar trabalhar e diminuir o grau de problemas. O principal foi as ações das pessoas que estão colaborando nisso e surgiu em meio aos conflitos que vinham acontecendo na escola e precisavam ser resolvidos, e com a ajuda do projeto e da gestora. (A1FR1)*

Os professores também citam a abordagem do projeto “Eu vejo flores em você” com as meninas, e afirmam que anteriormente ao prosseguimento do projeto, para sensibilizar e mobilizar os atores escolares, a gestora realizou círculos restaurativos com a equipe gestora e com professores para aplicarem com os (as) alunos (as), instigando, assim, a formação dos professores em cursos sobre as práticas restaurativas.

Primeiro, começou com essas práticas com os professores. Tivemos alguns círculos iniciais, depois a gestora (GGEF) começou a trazer pra cá um curso de Comunicação Não Violenta e realizamos o curso na FUNDAJ de Justiça Restaurativa, e os professores estão dando sequência nessa formação. Temos também o projeto “Eu vejo flores em você” que é voltado para as alunas, as meninas, porque hoje, por incrível que pareça, os casos de briga na escola e violência são com as meninas. Então a gestora pega essas meninas quinzenalmente e fica sempre trabalhando com elas para diminuir esse foco de conflitos. (P1M)

Uma vez que o foco do projeto são as meninas, por fazerem parte das situações de conflitos e violências na escola, levantamos como aporte a questão de gênero. Nesse sentido, nos reportamos a Neves (2008) a Torres e Araújo (2015), que afirmam que as práticas de violência com as meninas encontram-se posta sobre um dilema: a abertura sobre as discussões de gênero e da posição sociopolítica da mulher, que tem possibilitado uma postura ativa de reivindicação pelas mulheres em contraponto com a necessidade de exacerbar essa abertura por uma postura violenta, tida como superior e caricata do universo masculino.

Os professores afirmam que ao longo da implementação das práticas restaurativas na escola, a gestora foi trabalhando com eles a aproximação e envolvimento através da divulgação dos cursos para eles se instrumentalizarem, bem como do diálogo sobre as situações de conflito e do foco no aluno, não somente no aspecto cognitivo, mas também no comportamental e socioemocional, o que denota a mudança de foco da escola em relação ao aluno.

Isso acontece tanto formalmente como informalmente. Informalmente, são desde pequenos conflitos que acontecem e a gestora chega para a gente e ela nos diz para seguir esse caminho, pede para a gente trabalhar em sala, que ela vai trabalhar nos círculos ou com ela, cada uma vai se ajudando. Formalmente, quando tem um curso ou qualquer coisa, a gestora nos informa via whatsapp, cola cartazes. No nosso conselho de classe isso é sempre reafirmado, repetido e pedido: “olhe, eu não quero ver nota de ninguém aqui, eu quero saber o antes e o depois, o que esse aluno tem de bom e não tem e o que a gente vai melhorar nele”. E a gente está sempre ali tentando buscar e restaurar aquilo que a gente vê como problemas. (P2M)

Além da seleção das meninas para trabalhar no projeto, a vice gestora cita que os círculos também são realizados nas turmas que tem gerado mais conflito, violência e desrespeito ao professor, momentos em que a gestora para as ativi-

dades de aula e se reúne com os professores para resolver a questão e depois trabalha com os alunos.

A gente escolheu a turma que estava dando mais problema, não que a gestora (GGEF) não tenha trabalhado com outras turmas, até porque cada turma tem suas dificuldades, e também para não ficar aquela coisa estigmatizada de só aquela turma ser trabalhada. Então ela para também com outras turmas, mas prioritariamente com esse 7º ano A, que é uma situação complicada, de principalmente 07 meninas que elas sujam o banheiro, ficam fora da aula, fumam, escolhambam professor e aluno, é um vocabulário terrível. (GVGF)

A gestora traz um panorama de como foram escolhidas as situações no processo de implantação e de como está sendo feito hoje. Para selecionar as meninas, foi necessário vivenciar com todas as turmas antes de se aplicar com o público-alvo. Após todas as turmas terem essa experiência, o foco foi no 9º ano, por ser uma turma em transição para o ensino médio. Também realizou um trabalho com os 6º anos em 2017 e em 2018 continua realizando, agora sendo essas turmas a dos 7º anos. O motivo se dá por essas turmas apresentarem mais incidência de conflitos e de violências entre meninas.

A proposta inicial era que todas as turmas do Ensino Fundamental participassem de pelo menos um círculo, conhecessem o que é isso, e a gente conseguiu fazer do 6º ao 9º ano, o médio não foi, e depois que todas as turmas foram, nós focamos nas meninas. A gente definiu essa linha e vamos até hoje, os círculos só são com as meninas. O ano passado a gente focou nos 9º anos porque uma boa parte sai da nossa escola, vão para as escolas de referência, integrais, então a gente queria que elas fossem e levassem com elas essa prática, que é a prática do diálogo, a gente fez muito com elas. Esse ano a gente está focando nos 7º anos, são duas turmas que hoje estão dando mais trabalho. (GGEF)

As práticas restaurativas são feitas através do projeto “Eu vejo flores em você” em que as alunas citam como foram suas experiências, mas demonstram o conhecimento superficial das práticas, citando somente a realização por meio dos círculos sem saber listar o período de realização deles. Também observamos críticas quanto a escolha de participação de alguns alunos nas práticas como forma de não assistir aula. Observemos o diálogo entre as alunas:

Acho que teve uns cinco círculos. (A1F3)

Eu participei de todos. (A1F6)

*Na época, toda semana que tinha 2 vezes. Mas também você pegava de 10h da manhã até as 12h. Imagina você nesse tempo todinho ouvindo? Não era cansativo, mas dependia de cada situação. Tinha vezes que eram empolgantes, mas tinha vezes que eram mais entediantes. **Porque são as pessoas que fazem os círculos acontecerem, então varia muito. (A1F1)***

Porque tinha aluno lá que só ia para passar o tempo, gazejar aula. (A1F2)

Quando questionamos como se deram as práticas, que tipos de práticas e o período de sua realização, uma das alunas nos relatou sobre sua experiência com os círculos, afirmando que houve certa resistência em conversar com as demais meninas, mas que com o tempo algumas alunas foram dialogando. Ela citou que o trabalho é voltado para as meninas que praticavam violências na escola e também sobre o alcance dos círculos com as turmas e os períodos.

Como podemos perceber no extrato abaixo, o período de aplicação dos círculos foi feito gradualmente, chegando a reduzir para encontros em duas vezes na semana, informação esta que não encontramos com os professores e gestores, que afirmaram que os círculos ocorrem a cada 15 dias. Posteriormente percebemos que este aspecto já representava certa descontinuidade das ações ou divergência de informações entre os segmentos, o que pode ser apenas pouca valorização da questão da periodicidade, em detrimento do processo como um todo ou ainda da dinâmica de implantação do projeto, que começou com uma sistemática mais intensiva e depois foi sofrendo ajustes. Além disso, vemos por parte da aluna, a falta de conhecimento de aplicação dos círculos com o corpo docente.

Ano passado, até o último dia de aula eu estava participando, esse ano eu não sei se está havendo, mas quando eu participava no início eu fiquei meio retraída para contar as coisas, mas com o tempo a gente foi conhecendo as pessoas e daí a gente foi se abrindo mais, conversando mais. Tinha gente que tinha o prazer de estar lá e queria que chegasse logo o dia para poder estar lá na frente, nos círculos. Os círculos ocorreram mais com as meninas porque são elas que praticam mais o bullying. Geralmente eram feitos inicialmente todos os dias na semana, depois diminuiu para três e depois duas vezes na semana por causa do horário da escola, porque era realizado no horário do intervalo, mas ficava ruim porque a gente não conseguia fazer nada e então depois ficou para uma vez na semana. As turmas trabalhadas foram os 9º anos e 6º anos, mas todas as turmas da manhã foram, mas o foco foi no 9º e 6º porque eram as que mais tinham vontade de ir e também pelas violências. Quem ficava com a gente era

a gestora (GGEF), com relação aos professores eu não sei se foi feito os círculos com eles. (A1F7)

Já alguns professores apresentam o conhecimento de como se dão as práticas com as meninas do projeto “Eu vejo flores em você” e com as demais turmas, destacando o período, o público escolhido e o espaço em que são realizadas as práticas, sendo também o espaço utilizado para outra disciplina que se apoia nas práticas restaurativas.

Com as meninas (ocorre) a cada 15 dias e com a família a cada um mês. E com os alunos da escola, sempre que tiver necessidade. Se tiver demanda toda semana, a gestora toda semana vai fazer um círculo, isso vai a cada necessidade e demanda. Sempre tem uma demanda específica e, havendo essas demandas, ela já convida o grupo e faz o círculo lá na sala do “Eu vejo flores”. [...] A questão de ter um espaço físico diferenciado, que é o caso do projeto “Eu vejo flores”. (P3F)

Nesse recorte percebemos que as práticas restaurativas surgiram através da iniciativa da gestora por perceber a realidade da escola permeada de conflitos e violências, sobretudo entre meninas. As ações de instrumentalização, preparação e envolvimento da equipe culminaram no Projeto *Eu Vejo Flores em Você* que tem como objetivo restaurar as relações afetadas por meio dos conflitos gerados dentro da escola. O projeto é executado com através dos *Círculos Restaurativos*, uma prática que vislumbra a identificação do ocorrido, das necessidades das pessoas envolvidas, às responsabilizações e ações posteriores para solucionar os motivos pelos quais os conflitos foram gerados.

A partir desse recorte, percebemos conforme Pelizzoli (2014) que as práticas restaurativas apresentam uma visão alargada do conflito como aporte para estabelecer outras formas de lidar diante de situações desafiadoras dentro da escola.

INFLUÊNCIAS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

A partir do projeto e das práticas restaurativas as alunas afirmam que as mudanças se deram em torno de como vem resolvendo entre eles as situações de conflitos e de violências: “Muitas pessoas têm amenizado as brigas. Muitas pessoas que não conseguiam dialogar, passaram a resolver as situações na base do diálogo, de resolver antes na conversa e não chegar já brigando.” (A1FR2).

A mudança de clima na escola é refletida no extrato de fala da aluna que explica como eram as relações antes da implantação do projeto e como vem sendo construídas.

A escola tinha muito índice de violência, era muita briga, muita baixaria aqui dentro, nas salas, e resolveu muito. A gente tem mais alunos educados e mais maduros, tem resolvido bastante. A convivência tem melhorado, existe respeito, podemos não gostar, mas há respeito e se não nos sentirmos bem, existe o diálogo para isso. (A1R1)

O diálogo abaixo entre 5 meninas nos mostra como foi a experiência de cada uma e as impressões levantadas sobre as mudanças no cotidiano diante do projeto e das práticas restaurativas. Podemos perceber que elas identificam mudanças nelas mesmas, a possibilidade de uma abertura que não tem com a família, a formação da empatia através do reconhecimento de si no outro, bem como a não generalização dessa mudança tendo em vista que consideram algo que parte de cada pessoa.

Eu fiquei mais calma. (A1F3) A gente aprende né? (A1F2)

Acho que algumas coisas da convivência ainda é a mesma. (A1F6)

Até porque essa mudança é individual. [...] ajuda a nos fortalecer, a termos mais confiança na gente. Melhora a nossa autoestima. (A1F1)

Ajudou em todos os sentidos, na escola, em casa, na forma de pensar em algumas coisas. Mudou na minha postura, na forma de falar, de tratar as pessoas. (A1F6)

porque o problema das meninas daqui é muita inveja, disputa. (A1F2) Teve uma situação mesmo que foi resolvida num círculo, de duas meninas que não se davam bem mesmo, e aí foi bem trabalhado nos círculos, até elas cederem e se reconhecerem, e funcionou. Você acha que a sua história é a pior, acha que é a mais sofrida, a que mais se ferrou. Mas quando você participa e vê, tem situações muito piores que a sua. O fardo que eu to levando é muito pequeno se comparado ao que aquela pessoa carrega. Então dá uma motivação para você com mais leveza, mais tranquilidade. (A1F1)

A gente ficou mais confiante. (A1F5)

Os sujeitos citam a diminuição de conflitos e aproximação entre os alunos, a busca de reorganização na rotina, a presença maior da gestão para ouvir o aluno, a criação de disciplina e espaço próprio para aplicação das práticas.

Diminui as brigas, pessoas se aproximaram mais, alunos que não gostavam dos professores, depois disso começaram a tratar eles de forma

diferente, porque também a gestora (GGEF) fazia esse trabalho dos círculos com os professores, separado da gente. Aí não só os alunos, mas os professores começaram a entender um pouco do projeto. (A1R2)

Sim, a escola está bem mais organizada, existe muitas coisas tipo... a rotina da escola está bem mais organizada, professores, alunos, as aulas, os círculos, os projetos. Antes tinha muita desorganização, eram alunos que não entravam dentro de sala, muitos alunos passeando nos corredores. A gestão era presente, mas era como se a gente não sentisse isso. Nossa gestão tem as portas abertas, mas antes a gente não buscava, hoje a gente busca. E também os professores melhoraram, são mais exigentes, profissionais. (A1R1)

A escola buscou se organizar tendo um espaço próprio, tentar abraçar vários professores porque a gente tá em contato direto com os meninos. Colocar numa agenda os círculos, como a gestora citou, de 15 em 15 dias, ter um grupo de apoio (Coletivo Mulher e Vida), ampliar a rede. As meninas do coletivo que já fazem parte da escola, então trazer parceria, fazer um ambiente próprio, envolver todo mundo, conhecer. Então os alunos sabem o que é, o formato de reunião com os professores ter o círculo e a gestora está sempre divulgando. (P3F)

Percebemos, portanto, que a escola reorganizou-se sob várias questões, tanto sua rotina, seu currículo, formas de olhar e lidar com o outro, abertura para a comunidade através do Núcleo de Práticas Restaurativas, bem como nas relações, o que demonstra que a gestão possibilitou essa mudança através das práticas restaurativas, mas que essas práticas *per se* não geraram essas ações isoladas, mas dependeram da postura da gestora que, para nossa percepção, se fez aberta e democrática.

AVANÇOS E LIMITES DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA ESCOLA

A respeito das **dificuldades encontradas a partir das práticas restaurativas**, uma das alunas relatou uma dificuldade que percebe na escola com relação a aplicação do projeto e das práticas, que se refere à resistência na participação do projeto ou dos círculos por parte dos alunos.

Os alunos são os principais, porque também existe uma rejeição de alunos que não se sentem à vontade, ou não quer participar de algo novo, ou estão realmente focados naquilo, querem a violência, querem a agressão, querem continuar do jeito que estão. Aí o principal foco e dificuldade da escola realmente são os alunos. (A1R1)

Já os professores apresentam como dificuldade o não envolvimento de alguns docentes por acreditar que a aplicabilidade da justiça restaurativa necessita de uma formação na qual eles não têm tempo para participar, se comparado às outras demandas da escola. Também apresenta como entrave a gestora ser a única facilitadora e a necessidade de formar mais facilitadores que trabalhem com as turmas que não tem tanto envolvimento para trabalhar a justiça restaurativa com imparcialidade.

A dificuldade passa pela aceitação do corpo docente, também por ser um processo longo que não tem muita disponibilidade de formação porque um dos entraves daqui é que só temos a gestora como facilitadora e mediadora de conflitos e se a gente tivesse mais professores, a gente poderia desmembrar isso. Eu sou professor de determinadas turmas, então não seria interessante eu ser facilitador dessas turmas que lido todos os dias, então seria mais fácil eu pegar por exemplo uma turma de 6º ano que não dou aula para mediar um conflito, porque seria para eles uma pessoa externa que não convive com eles todos os dias. (P1M)

A equipe gestora também apresenta como dificuldade a abertura e aceitação por parte dos alunos e do corpo docente. A vice gestora relata como dificuldade o desafio em se ter resultados satisfatórios com as turmas que foram escolhidas a serem trabalhadas as práticas restaurativas justamente por ter maior incidência de conflitos e de violências. Ela enfatiza que esse comportamento não influencia na aprendizagem pois eles têm um bom rendimento, mas que na relação entre aluno e professor há essa dificuldade, sendo os professores prejudicados aqueles que menos renovam suas práticas. Diante dessa situação ela questiona se o projeto funciona.

Nos remetemos a essa fala por percebermos que a vice gestora demonstra não acreditar no resultado do projeto, pelo fato de os alunos insistirem no desrespeito ao professor, mas também observamos que não há uma percepção por parte dela de que essas ações podem representar uma discordância dos alunos a respeito da forma como se dá a relação entre eles e o professor, apresentando-se portanto, como indisciplinados, conforme corroboramos com Guimarães (1996) que relaciona algumas situações de violência às ações de quebra da ordem da escola e de expressão de posição contrária ao que foi institucionalizado. Sobre essa relação vemos outro episódio citado como “quebra de ordem”:

Justamente por coincidência, a turma que deu o pontapé para a gente tomar a decisão de implementar a justiça restaurativa é aquela que vem mais resistindo e a gente vem encontrando mais dificuldades. Porque a

gente já vinha de uma abordagem mais aberta, humanizada, a gente já se reunia com os professores e funcionários para trabalhar o que a escola necessitava. Aí no ano passado começou os círculos restaurativos com os alunos e justamente a turma que inspirou é a turma que nos traz problemas e justamente uma turma que são os dois extremos, porque o cognitivo deles é massa! Eles são muito inteligentes e desenrolados, mas o convívio na sala de aula é difícil porque eles rasgam mesmo e desafiam o professor, até para o professor sair daquela zona de conforto porque os professores que tem mais dificuldade são aqueles que são mais antigos e tem a mesma prática. Tem um professor que está com essa dificuldade porque quer dar sua aula, mas eles o desafiam e ele está angustiado, e aí isso, criam um ponto de interrogação “isso está funcionando mesmo?!” (GVGF)

A gestora cita como dificuldades a partir da aplicação do projeto “Eu vejo flores em você” e das práticas adjacentes, que a equipe gestora da escola se preocupa com os resultados, tanto em termos de desenvolvimento cognitivo, como de mudança comportamental, enfatizando que a prática da justiça restaurativa é processual.

A maior dificuldade que eu encontro hoje é essa questão dos resultados. Se quer um resultado imediato “você está fazendo isso e as meninas estão do mesmo jeito, elas não mudaram”, como se as pessoas mudassem de um dia para o outro, de um momento para o outro e ninguém muda. A gente que já tem uma formação não muda de um dia para o outro e como é que eu quero em uma menina que tem 12 anos, que vem de uma realidade concreta e que eu quero que ela mude? A nossa maior dificuldade hoje, talvez porque eles não praticam, embora conheçam, e eu aprendi que a JR é prática, sem prática não há a JR. Então, se eu não pratico, eu não entendo muito bem isso e eu cobro resultados. A partir de agora a menina vai ficar quietinha, sentadinha e não vai falar mais nada? Isso nunca vai acontecer, ela nunca vai deixar de ser quem ela é, ela vai melhorar, se adaptar àquele ambiente em que existe normas e regras que precisa seguir, mas a sua essência vai estar lá, ela vai tentar se adaptar à realidade da escola que exige determinados comportamentos. (GGEF)

Como avanços, percebemos que as práticas do projeto “Eu vejo flores em você” tem reverberado nas práticas de alguns professores em sala de aula e na relação com os alunos. Podemos perceber com relação ao interesse desses professores em se trabalhar a justiça restaurativa.

Uma insatisfação pessoal, porque eu enquanto pessoa vejo que os conflitos acontecem e as pessoas não se preocupam em resolver, elas se preocupam em ganhar e estarem certas e isso me incomoda extremamente. Enquanto profissional, eu tô com várias turmas com quase 40

alunos todos os dias, cada cabeça é um mundo e dá vários tipos de sentença para um mesmo caso e é uma sentença mais violenta que a outra. [...] Também percebo a ineficiência de atitudes mais violentas, punitivas, tradicionais, eu percebo que é um sistema falho, é um sistema que quando pune direto e ainda não consegue dar conta, o aluno vai para outra escola e aí você deu o seu problema para o outro colega/instituição gestor da outra escola, você não resolveu nenhum problema. (P2M)

Através da implantação do projeto e da iniciativa da gestora em incentivar o corpo docente a realizar formações em justiça restaurativa, percebemos que alguns professores vêm aproveitando essa conjuntura das práticas restaurativas em sua prática docente, como podemos observar na postura de responsabilidade e responsabilização como professor conselheiro, onde o professor identifica como uma mudança de visão da escola a realização dos conselhos de classe sob outra ótica:

A gente coloca isso nas reuniões do conselho e eu gosto sempre de colocar a melhora do aluno. Também pontuo o que não está funcionando por que a gente precisa saber para ver como agir. Então, diante de uma situação em que só peguem o aluno e coloquem os pontos negativos, eu gosto de também ressaltar os pontos positivos e ver o que o aluno pode melhorar. Eles também têm uma diferença no comportamento, uma coisa leva a outra. Quando a gente consegue dar conta do comportamental, o cognitivo entra em seguida, porque se a gente só dá conta do cognitivo, mas se o cognitivo for trabalhado e o comportamental não, o problema que aquele aluno tem não vai se resolver e vai acabar afetando em cheio no cognitivo. Na convivência, a mudança é pouca, mas há. A coisa antes acontecia na briga, bateu levou. Hoje acontece que, quando há essas situações, a aluna chega e diz “professor, fulana fez isso, ou o senhor vai lá ou eu vou dar na cara dela”. Hoje em dia já tem chegado essa questão do “resolva para mim, senão eu resolvo”, eles têm dado uma chance. [...] Melhora porque se a gente abre espaço para o diálogo, isso gera confiança. Não posso responder por todos porque tem professor que sente que não melhorou, mas para mim houve melhora. (P2M)

Outro fator de reorganização da escola foi a implantação da disciplina “Cultura de paz”. Essa proposta veio através da necessidade de se estabelecer um novo currículo pela Reforma do Ensino Médio onde a escola que pesquisamos foi escolhida como escola piloto para o Programa. Assim, esta disciplina foi escolhida como uma opção da equipe da escola por estar relacionada à proposta da justiça restaurativa.

Tem nova reforma do ensino médio e a nossa escola foi uma das escolhidas para adotar, ainda é um projeto. Aí tem disciplinas eletivas e uma delas é a

“Cultura de paz”. Eu sou professora de “Cultura de paz” no ensino médio e eles têm uma aula na semana só sobre cultura de paz, então o que eu lido é: quem são os pacificadores, o que é não-violência, o que é comunicação não-violenta, qual a importância de trabalhar a paz na escola, explicar a eles que nem sempre ser pacífico é ser bobão, saber como lidar com as pessoas através do diálogo, isso a gente adotou. É uma disciplina na nossa escola e a gente vai fazendo ações assim. Se precisar, a gente faz uma palestra, chama alguém, e vamos caminhando. (P3F)

Eu participei de vários círculos e neles a gente dialogava muito e trabalhava com valores como a família, amizade, sua relação na escola, com os estudos, sua relação com as outras pessoas, em você aceitar uma opinião que não seja a mesma que a sua, porque cada uma tem sua opinião. Esses círculos, a gente fez ano passado, nesse ano a gente está tendo aula de Cultura de paz que é só com os 1º anos e todas as quintas-feiras a gente tem aula. Nessas aulas a gente trabalha com os círculos e com debates, a professora as vezes coloca uma música para a gente relaxar, respirar, tentar entrar no clima da aula, num clima de paz e há muita conversa, explica algumas coisas. (A1FR2)

Apesar dos limites que a própria escola encontra em seu cotidiano dinâmico e imprevisível, percebemos um esforço por parte dos sujeitos em persistir com as práticas restaurativas nos modos em lidar com os conflitos e violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo geral analisar as possibilidades e limites da prática da justiça restaurativa na organização da escola. Insere-se num contexto de relações sociais marcadas por conflitos, violências e pelo sentimento de injustiça. Considerando que o conflito é consequência ou manifestação da moralidade nas relações sociais, este ocorre quando certo princípio ou regra do grupo social foi quebrado. O desafio da escola, portanto, está em restabelecer a coesão dos grupos que ali se estabelecem, de forma a restaurar relações interpessoais empáticas. Estudamos uma escola pública que escolheu trabalhar com a justiça restaurativa para tal fim, o que discorreremos ao longo dessa dissertação.

Procuramos caracterizar programas de intervenção por meio da Justiça Restaurativa, em que descrevemos a motivação, o processo de organização e funcionamento de um projeto deste tipo em uma escola pública de Recife. O projeto “Eu vejo flores em você” foi destinado às alunas envolvidas em situações de conflito e de violência, por meio de encontros especificamente destinados a tal fim, mas seus princípios também passaram, gradualmente, a ser incorpo-

rados como práticas desenvolvidas no cotidiano de alunos e de docentes, que abraçaram os princípios restaurativos de diálogo, empoderamento, corresponsabilização e escuta como base para as relações interpessoais.

Analisamos também como o programa de justiça restaurativa influencia na organização e gestão da escola. O projeto “Eu vejo flores em você” se configurou como espaço próprio para esse trabalho com o Núcleo de Práticas Restaurativas, planejado para enfrentar os problemas ali existentes.

Identificamos, portanto, mudanças a partir da implantação dos programas citados, que denotam nova postura tanto por parte dos alunos em tentar resolver as situações de forma menos violenta, quanto dos docentes, que se instrumentalizam por meio de princípios restaurativos e se sensibilizam no olhar para o aluno. Tal mudança encontra resistências, inclusive por parte de membros da equipe gestora que, mesmo assim, terminam apoiando as suas decisões.

Destacamos entre os impasses na implantação deste tipo de projeto na organização da escola, a sua dinâmica inerente, que limita o desenvolvimento de ações planejadas em detrimento do “apagar de incêndios”, além da pouca difusão na formação docente, o que se traduz como resistência por parcela dos sujeitos; a cultura da escola em lidar de forma punitiva, em que a regra geral é a culpabilização do “outro”, a parca consideração ao contexto histórico e social dos sujeitos, além da sobrecarga de trabalho da gestora, também se constituem em empecilhos.

Entre as potencialidades deste tipo de intervenção organizacional na escola, destacamos que os sujeitos relacionaram a justiça restaurativa como fruto de uma postura democrática da gestão. Isso nos sinalizou que sem a abertura dos espaços comunicativos e das formas alternativas de lidar com o cotidiano, sobretudo com os conflitos, a perspectiva restaurativa não teria efeito.

Assim, dentre os aspectos que chamaram atenção e que nos permitem tecer considerações a respeito das possibilidades e limites da prática da justiça restaurativa na organização da escola, concluímos que a gestão da escola analisada lida com situações de conflitos e injustiças por meio de projetos de justiça restaurativa, de forma a contribuir para transformação das relações conflituosas entre sujeitos, especialmente entre estudantes.

Os dados permitiram, portanto, confirmar nossa hipótese de que há uma relação entre a gestão democrática e a justiça restaurativa, já que ambas guardam princípios comuns, como a corresponsabilização, o diálogo, a negociação, a partir do regramento das disputas e da luta contra as injustiças percebidas nas

relações, em que a justiça entra como um princípio de busca do bem comum através do processo de legitimação, ou seja, da criação de critérios e desenvolvimento crítico para o acordo naquele universo específico, destacando a potencialidade da justiça restaurativa como uma micropolítica de resolução de conflitos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1979.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, n.2(3), ago. 1999, p. 359-377.

BOTLER, A. Injustiça, conflito e violência: um estudo de caso em escola pública de Recife. **Cadernos de Pesquisa** v.46 n.161 p.716-732 jul./set. 2016.

BRASIL. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: 31/09/2024.

GUIMARÃES, Áurea M. **A dinâmica da violência escolar**: conflitos e ambiguidades. São Paulo: Ed. Autores Associados, 1996.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA. **Atlas da Violência** 2021. São Paulo: FBSP, 2021.

MICHAUD, Yves-Alain. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.

NEVES, P. R. da C. **As meninas de agora estão piores do que os meninos**: gênero, conflito e violência na escola. Dissertação de Mestrado. USP, 2008.

OCDE. **Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem** - Talis -, (2018). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/talis>. Acessado em: 06/09/2024.

PALLAMOLLA, R. P. **Justiça restaurativa**: da teoria a prática. São Paulo: IBCerim, 2009. PARDO, D. W de A; NASCIMENTO, E. P do. A moralidade do conflito na teoria social: elementos para uma abordagem normativa na investigação sociológica. **Rev. Direito GV** vol.11 no.1 São Paulo Jan./June 2015.

PELIZZOLI, M.L.A importância da Justiça Restaurativa - em direção à realização da justiça In. **Cultura de Paz – gênero e diversidade**. Recife: Editora da UFPE, 2014.

SALIBA, M. G. **Justiça Restaurativa como perspectiva para a superação do paradigma punitivo**. Dissertação de mestrado. FUNDINOPI, 2007.

SIQUEIRA, J. N. C de. **Contribuições da Gestão Escolar Democrática nas concepções de Democracia e Justiça de estudantes**. Dissertação de mestrado. UFPE 2017.

TORRES, N. V. ; ARAUJO, E. L. de. O observatório da educação e as questões de gênero e violência escolar: confronto entre meninas. **Interfaces da Educação**, 01 June 2015, Vol.6(16), pp.90-102.

UCHOA, G. R. D. **Gestão Escolar e Práticas de Redução dos Conflitos: a justiça restaurativa em questão**. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEHR, H. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.